

29 OUT 2019

# FOLHA DE S. PAULO

# STF decidirá execução da pena de condenados por júri

Debate envolve prisão antes de fim de recursos,  
como no caso da 2ª instância

Reynaldo Turolo Jr.

**BRÁSILIA** Em meio à expectativa para a conclusão do julgamento sobre a constitucionalidade da prisão após condenação em segunda instância, que ficou para o próximo dia 7, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu analisar, no plenário, se condenados pelo Tribunal do Júri podem recorrer em liberdade ou devem ser presos após o veredito.

O Tribunal do Júri julga crimes dolosos contra a vida, como homicídios. Hoje, um condenado nesses tribunais pode recorrer em liberdade.

A discussão é complementar à da prisão após segunda instância, pois ambas envolvem a possibilidade de executar a pena antes do fim de todos os recursos, o chamado trânsito em julgado.

Um dos principais argumentos dos que são favoráveis à prisão em segunda instância é que a Justiça precisa dar uma resposta rápida à sociedade e às vítimas, especialmente em casos de crimes graves como os homicídios.

O que o plenário do STF analisará, no caso dos tribunais do júri, é um recurso do Ministério Público de Santa Catarina que questionou uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que permitiu que um condenado por feminicídio recorresse em liberdade.

Na semana passada, em vo-

tação no plenário virtual (pela internet), os ministros do Supremo reconheceram, por unanimidade, a repercussão geral desse caso de Santa Catarina —o que significa que o resultado desse julgamento terá impacto em todos os outros casos semelhantes pelo país.

O relator do recurso que irá a plenário é o ministro Luís Roberto Barroso, que argumentou que a Constituição estabelece que vereditos do Tribunal do Júri são soberanos. Não há data para a discussão ocorrer.

Nesta segunda-feira (28), o presidente do STF, Dias Toffoli, marcou para a quinta-feira da semana que vem (7), a retomada do julgamento sobre a constitucionalidade da prisão após segunda instância. Ele foi suspenso na quinta (24).

O placar parcial está em 4 votos a favor da prisão com execução antecipada da pena e 3 contrários.

Entre os 4 ministros que faltam votar, 3 (Gilmar Mendes, Celso de Mello e Dias Toffoli) têm sido contra a prisão após segunda instância; Cármen Lúcia, a favor dela. Isso sinaliza para uma tendência de formar maioria para mudar a jurisprudência.

Desde 2016 o Supremo tem permitido a prisão de condenados em segundo grau, uma das principais bandeiras da Operação Lava Jato.

Uma mudança hoje teria potencial de beneficiar 4.895 réus, de acordo com levantamento do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Estão sendo julgadas três ADCs (ações declaratórias de constitucionalidade) que pedem para os ministros declararem constitucional o artigo 283 do Código de Processo Penal, que diz que ninguém pode ser preso exceto em flagrante ou se houver “sentença condenatória transitada em julgado”.

A discussão é se o artigo é compatível com o que diz a Constituição sobre o princípio da presunção de inocência: “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória” (artigo 5º, inciso 57).

Para parte dos ministros, a prisão em segunda instância fere o princípio da presunção de inocência. Para outra parte, a Constituição não exige que se aguarde até o fim dos recursos para executar a pena —há diferença entre ser preso e ser considerado culpado.

Conforme estes ministros, é possível antecipar a pena porque a segunda instância é a última a analisar as provas de um processo criminal. Eventuais recursos nas instâncias superiores (STJ e STF) discutem teses jurídicas, não reexaminam as provas.

**CONTINUA**

29 OUT 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Se a decisão do Supremo for no sentido de esperar o esgotamento dos recursos, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), preso mais célebre da Lava Jato, poderá ser solto.

O presidente da corte, Dias Toffoli, fez em 2016 uma proposta intermediária: a de permitir a prisão após julgamento do recurso no STJ, que é considerado uma terceira instância. A expectativa, agora, é se ele manterá essa proposta.

Toffoli é o último a votar e deverá caber a ele desempatar o placar, que poderá estar em 5 a 5. Nesse contexto, seu voto tende a ser crucial para definir se o resultado final será pelo trânsito em julgado ou pela proposta do STJ, que pode virar um voto médio.

A proposta da prisão em terceira instância não beneficiaria Lula, que já teve sua condenação mantida pelo STJ em abril deste ano.

### Toffoli quer evitar prescrição quando réu recorrer

BRASÍLIA O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, enviou ofícios nesta segunda-feira (28) aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), sugerindo que avaliem a pertinência de mudar a lei para evitar que processos penais prescrevam quando um réu recorrer às instâncias superiores.

Pela sugestão, o Código Penal deveria ser alterado pelo Congresso para interromper os prazos de prescrição quando houver recursos ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao Supremo.

“Com a alteração legislativa sugerida, evitar-se-á eventual extinção da punibilidade por prescrição no âmbito dos tribunais superiores”, escreve o ministro.

A mudança sugerida é para acrescentar um inciso no artigo 116 do Código Penal, que trata das situações em que a prescrição para de correr.

29 OUT 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Recurso de Lula andou mais rápido que 85% dos casos

## Ação levou 71 dias entre ser protocolada no TRF-4 e relator entregar voto

Wálter Nunes, José Marques e Daniel Mariani

SÃO PAULO O processo do sítio de Atibaia (SP), cujo principal réu é o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), teve um período inicial de tramitação no TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) mais rápido que o de 85% dos casos da oitava turma da corte, responsável pelos processos da Operação Lava Jato.

O recurso que envolve o pequista levou 71 dias entre o momento em que foi protocolado e o fim da elaboração do voto do juiz relator.

O tempo é semelhante à de uma ação contra um homem chamado Valdecir, abordado pela polícia em Cascavel (PR) ao voltar do Paraguai com 19 rádios automotivos sem notas fiscais.

Mas o processo contra Lula, que foi condenado em primeira instância por corrupção e lavagem de dinheiro, é considerado mais complexo e demanda mais análise que a suspeita de crime de desca-minho (entrada ou saída de produtos permitidos no país, sem pagamento de tributos) pela qual Valdecir responde.

O levantamento foi feito pela Folha com base em 993 processos que corriam neste ano na turma e que foram liberados pelo relator para a revisão —ou seja, nos quais o voto já havia sido concluído.

Apesar da rapidez com que tramitou, o caso do sítio pode

retroagir em nove meses por causa de uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de que réus que não são delatores precisam se manifestar por último em ações penais.

O entendimento fez o TRF-4 marcar para esta quarta (30) julgamento que irá decidir se, por esse motivo, o caso de Lula deve ter a sentença anulada e voltar à primeira instância. O procurador regional Maurício Gerum, da força-tarefa da Lava Jato, já se manifestou de forma favorável à anulação.

Os dados de todos os processos que tramitavam nas turmas criminais do TRF-4 em 15 de maio foram informados pelo tribunal no dia 30 de setembro à defesa de Lula.

Em análise mais ampla, contando os processos da oitava turma que nem sequer tiveram o voto do relator concluído, o processo do sítio foi mais célere que 91% das 1.702 ações.

O TRF-4 é o tribunal que analisa os recursos a decisões da Justiça Federal de 1ª instância nos estados da região Sul, inclusive os da Lava Jato em Curitiba.

Quando um recurso chega ao tribunal, normalmente ele é distribuído a um juiz relator (no caso dos processos da Lava Jato, a João Pedro Gebran Neto), que elabora um relatório e, ao final, encaminha para um juiz revisor (na operação, é Leandro Paulsen), que pauta a data do julgamento.

O caso do sítio de Atibaia foi enviado para revisão em 11 de setembro. Ele havia chegado ao tribunal em 2 de julho, mesma data em que o juiz relator do caso Valdecir, Thompson Flores, liberou este processo.

Desempregado, Valdecir havia sido condenado em primeira instância a 1 ano e 1 mês em regime aberto e a pagamento de multa pelo transporte dos equipamentos. Recorreu, alegando que só transportava os rádios e que ganharia R\$ 217 por isso. O recurso foi rejeitado em 25 de setembro.

Os processos, porém, não costumam correr de forma tão rápida quanto os de Lula e Valdecir. Por exemplo, numa ação que analisava o recurso de um homem acusado de entrar em uma agência dos Correios em Jaguapitã (PR) e roubar R\$ 2.482, o voto demorou 380 dias para ser enviado ao revisor.

Antes do sítio, o outro processo em que Lula foi condenado na Lava Jato, sobre o triplex em Guarujá, também havia tramitado de forma célere no TRF-4. Foram 154 dias até o julgamento na corte. À época, apenas um réu da Lava Jato havia sido julgado pela oitava turma de forma mais rápida: Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras, em 138 dias.

CONTINUA

Levantamento feito pela Folha em 2017 apontou que, naquele ano, só dois processos públicos por corrupção foram decididos em menos de 150 dias no TRF-4. No caso de lavagem, nenhum mérito foi julgado —foi apenas decidido em um caso que a competência para a decisão era da Justiça Federal gaúcha.

À época, o ex-presidente havia sido condenado a 9 anos e 6 meses de prisão pelo então juiz Sergio Moro. A pena foi aumentada por unanimidade pelo TRF-4 a 12 anos e 1 mês em janeiro de 2018 —e depois reduzida neste ano no STJ (Superior Tribunal de Justiça). Em abril do ano passado, Lula foi preso e levado à sede da Polícia Federal em Curitiba, onde cumpre pena.

No caso do sítio, o ex-presidente foi condenado a 12 anos e 11 meses de prisão pela juíza Gabriela Hardt. O pagamento de obras na propriedade pela Odebrecht foi revelado pela Folha em janeiro de 2016. O ex-presidente nega ter cometido irregularidades.

A defesa de Lula, comandada pelo advogado Cristiano Zanin Martins, queria que o TRF-4 suspendesse a sessão desta quarta-feira que irá decidir se o caso do sítio deve ou não voltar para a primeira instância visando eventual correção da ordem de apresentação das alegações finais.

O ex-presidente pretendia que o tribunal analisasse não apenas a possibilidade do retorno do processo à fase anterior à sentença, mas também a anulação total da ação.

O pedido dos advogados foi negado pelo relator Gebran Neto. O magistrado afirmou que não cabia à defesa de Lula contestar por meio de agravo regimental (um tipo de recurso) a inclusão de um julgamento na pauta da corte.

Procurado, o tribunal não se manifestou ao ser questionado pela reportagem sobre os tempos de tramitação dos processos.

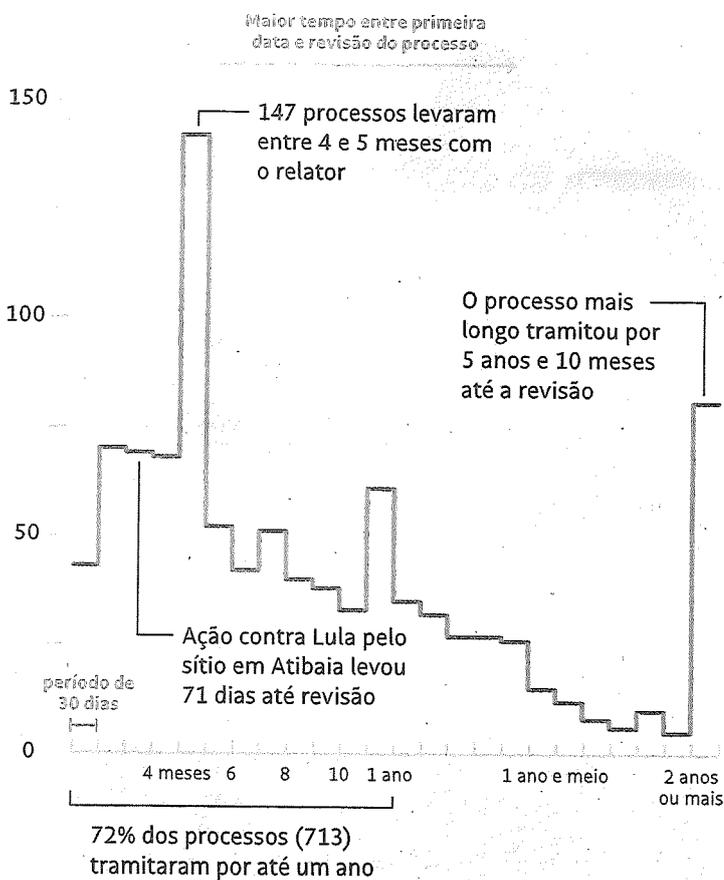
Na ação do triplex, a corte havia afirmado que a celeridade é “fato comum” a ela e que o próprio Código de Processo Civil afirma que julgar processos em ordem de distribuição não é regra absoluta.

A defesa do ex-presidente Lula não se manifestou.

### Processo contra Lula é um dos rápidos no TRF-4

Análise aponta tempo entre início do processo e remessa para o revisor da 8ª turma

número de processos e tempo



A análise engloba 993 processos listados pela 8ª turma do TRF-4 em maio de 2019

CONTINUA

29 OUT 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### O que pesa contra Lula

#### AÇÕES PENAIS

##### • Triplex (set.16)

Lula foi condenado pela acusação de ter recebido propina da OAS por meio da reforma de um triplex em Guarujá. Em abril, o STJ confirmou a condenação e reduziu a pena do petista para 8 anos e 10 meses

##### • Operação Janus (out.16)

Lula é acusado de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e tráfico de influência por, segundo a denúncia, ter agido para favorecer a Odebrecht em Angola. Na ação, que tramita no DF, ele já foi absolvido pelo crime de organização criminosa e de parte das acusações referentes a lavagem de dinheiro

##### • Instituto Lula (dez.16)

Lula é réu sob acusação de corrupção passiva e lavagem de dinheiro por, segundo a denúncia, ter recebido propina da Odebrecht por meio da compra de terreno para a sede do Instituto Lula. Ação tramita em Curitiba

##### • Operação Zelotes (dez.16)

A acusação diz que Lula praticou lavagem de dinheiro, tráfico de influência e integrou organização criminosa por fazer parte de esquema para beneficiar empresas na compra de caças. Ação tramita no DF

##### • Sítio de Atibaia (ago.17)

Lula foi condenado em 1ª instância a 12 anos e 11 meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro por meio de reformas e benfeitorias bancadas por OAS e Odebrecht na propriedade rural

##### • Operação Zelotes 2 (set.17)

É réu sob acusação de corrupção passiva por favorecer empresas na edição da Medida Provisória 471, de 2009. Ação tramita no DF

##### • 'Quadrilhão do PT' (nov.18)

Lula e Dilma se tornaram réus acusados de integrar organização criminosa

##### • Guiné Equatorial (dez.18)

Acusação trata de suposta lavagem de dinheiro devido a doação de R\$ 1 milhão ao Instituto Lula em troca de interferência em negócios de empresa brasileira no país africano. Ação tramita em SP

##### • Propina da Odebrecht (abr.18)

Lula e os ex-ministros Antônio Palocci e Paulo Bernardo viraram réus em ação em que são acusados de terem recebido propina da Odebrecht em forma de doação eleitoral

#### DENÚNCIA

##### • Indicação para ministro (set.17)

Caso não virou ação penal

29 OUT 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Em vídeo, Bolsonaro compara STF a hiena, e decano vê atrevimento

Para Celso de Mello, presidente tem comportamento de monarca; vídeo, que foi apagado, também apontava PSL e mídia como inimigos

Raquel Landim, Reynaldo Turolo Jr. e Thais Arbex

RIAD E BRASÍLIA Em publicação em uma rede social nesta segunda-feira (28), o presidente Jair Bolsonaro (PSL) se comparou a um leão acossado por hienas que o atacam. Uma delas representa o STF (Supremo Tribunal Federal).

O vídeo foi retirado pouco tempo depois de sua conta no Twitter, após repercussão negativa, mas o impacto no Poder Judiciário permaneceu.

Após questionamento da Folha, o ministro Celso de Mello, decano da corte, disse que a postagem evidencia que “o atrevimento presidencial parece não encontrar limites”.

“É imperioso que o senhor presidente da República — que não é um ‘monarca presidencial’, como se o nosso país absurdamente fosse uma selva na qual o leão imperasse com poderes absolutos e ilimitados — saiba que, em uma sociedade civilizada e de perfil democrático, jamais haverá cidadãos livres sem um Poder Judiciário independente, como o é a magistratura do Brasil”, escreveu em nota à Folha.

Bolsonaro postou o vídeo em meio às vitórias da esquerda e manifestações de rua em países da América Latina, “Chile, Argentina, Bolívia, Peru, Equador... Mais que a vida, a nossa liberdade. Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!”, escreveu o presidente.

Além do STF, entre as hienas exibidas no vídeo compartilhado pelo presidente aparecem a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), o PSL (seu partido, com o qual trava uma disputa há dias), legendas de esquerda (como PT e PSOL) e veículos de imprensa, incluindo a Folha.

O vídeo termina com a chegada de outro leão, “conservador patriota”, e com um apelo: “Vamos apoiar o nosso presidente até o fim e não atacá-lo”. “Já tem a oposição pra fazer isso!”, dizia o letrreiro.

A postagem causou mal-estar também entre outros ministros do Supremo. Integrantes da corte disseram à Folha que enviaram recados ao Palácio do Planalto de que o filme era despropositado.

Nos bastidores, alguns ministros classificaram a publicação como infantil e, com ironia, disseram que o governo precisa chegar à vida adulta.

Houve reações negativas em série. A OAB não se manifestou, mas um conselheiro federal classificou o vídeo como desapareço pela democracia.

A publicação também inflamou os ânimos da ala do PSL ligada ao presidente da legenda, deputado Luciano Bivar (PE).

Na legenda, o vídeo foi classificado como um tiro no pé do clã Bolsonaro. A avaliação é a de que o governo tem como única marca a discórdia.

No Twitter, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), ex-líder do governo no Congresso, reagiu ao vídeo afirmando que “Deus limitou só a inteligência”. “A burrice é ilimitada.”

“Quando um político (ou uma família de políticos) posta um vídeo comparando o PSL — maior partido da base e que mais ajudou o governo — a uma hiena, significa dizer que ele está dispensando os votos e ajudando o partido?”, escreveu ela.

A publicação em rede social foi feita no momento em que Bolsonaro entrava numa limusine em Riade, capital da Arábia Saudita, a caminho de um jantar com o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman.

O tuíte do presidente veio depois de postagens com teor semelhante do vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), seu filho, que já admitiu em outra ocasião publicar nas redes do presidente. Em uma delas, Carlos afirma que Mauricio Macri, derrotado nas eleições na Argentina, foi ingênuo e “ficou em cima do muro”.

Na entrevista coletiva que concedeu assim que chegou a Riade, Bolsonaro foi mais comedido. Falou que a “bola está com eles”, referindo-se aos argentinos, e que para o Brasil “continua tudo normal”.

**CONTINUA**

O Palácio do Planalto foi questionado sobre a postagem do vídeo na rede social de Bolsonaro. A Folha perguntou por que o vídeo foi apagado e se o material foi publicado com sua autorização. O Planalto respondeu que não comentaria o caso.

No Supremo e no Congresso, a avaliação é a de que, mesmo que tenha sido Carlos o autor da postagem, o presidente precisa pôr um freio no filho.

Na montagem publicada, além da Folha, são identificados como hienas veículos como a TV Globo, a revista Veja, o jornal O Estado de S. Paulo e a rádio Jovem Pan.

Mais cedo, ao comentar áudios de Fabrício Queiroz, ex-assessor de seu filho Flávio, Bolsonaro afirmou que órgãos de imprensa "jogam pesado" porque podem ter problemas na renovação de concessões.

O presidente responsabilizou a mídia por notícias que, na avaliação dele, tentam desestabilizá-lo. Emissoras de rádio e TV precisam renovar contratos para operar.

A atual permissão da Globo vence em abril de 2023. A concessão é renovada ou cancelada pelo presidente, e o Congresso pode referendar ou derrubar na sequência o ato presidencial em votação nominal de 2/5 das Casas (artigo 223 da Constituição).

Segundo lei sancionada no governo Michel Temer (MDB), o presidente pode decidir sobre a concessão até um ano antes de ela vencer —ou seja, em abril de 2022, último ano do mandato de Bolsonaro.

“

É imperioso que o senhor presidente saiba que, em uma sociedade civilizada e de perfil democrático, jamais haverá cidadãos livres sem um Poder Judiciário independente, como o é a magistratura do Brasil

Celso de Mello  
decano do  
Supremo

## Quem são as hienas no vídeo

Supremo  
Tribunal  
Federal

Bolsonaro já criticou a corte em junho, quando disse que o STF "cometeu um equívoco" ao decidir pela criminalização da homofobia e "legislava" no lugar do Congresso. Além disso, se manifestou favorável à prisão de condenados logo após a 2ª instância, tema que a corte analisa e deve proibir

Imprensa

Alvo constante de ataques do presidente desde o início do mandato. No caso mais recente, Bolsonaro afirmou que a **Folha** desceu "às profundezas do esgoto" após publicação de reportagem sobre suspeita de caixa dois em campanha. Em setembro, declarou que "parte da grande imprensa" é inimiga dele

PSL

Bolsonaro deflagrou uma guerra interna em seu próprio partido ao dizer que o presidente da sigla, Luciano Bivar, está "queimado pra caramba". Ele atuou para emplacar seu filho Eduardo como líder do partido na Câmara e ameaça deixar o PSL

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

29 OUT 2019

## Presidente diz que falava com Queiroz sobre demissões

Ana Estela de Sousa Pinto

ABU DHABI O presidente Jair Bolsonaro afirmou que conversava com Fabrício Queiroz, ex-assessor de seu filho Flávio, sobre assuntos como demissão “até estourar o problema”, e que funcionários no Rio foram exonerados porque, com a campanha eleitoral do ano passado, ele ficava fora do estado “de segunda a sábado”.

“Mas é mudança normal, isso aí não tem nada para espantar”, disse o presidente na manhã desta segunda (28), na saída de seu hotel em Abu Dhabi.

Como publicou a Folha, áudios indicam que o presidente comunicou a Queiroz a intenção de demitir uma funcionária do gabinete de vereador de seu filho Carlos Bolsonaro (PSC). O objetivo seria desvinculá-la da família. Queiroz e Flávio Bolsonaro são alvos da Procuradoria do Rio.

Cileide Barbosa Mendes, 43, a funcionária em questão, é doméstica da família Bolsonaro e “laranja” na empresa do ex-marido de Ana Cristina Valle —Ana é ex-mulher do presidente. Bolsonaro afirmou que os funcionários sabiam que seriam demitidos, por causa da possível mudança para Brasília do atual presidente e seu filho Flávio, caso fossem eleitos. Segundo ele, as demissões foram “para exatamente evitar problemas”.

Em meio ao racha com o PSL, Bolsonaro disse também que “o ideal agora é como se fossem gêmeos xifópagos [ligados entre si por uma parte do corpo]. Precisa separar. Cada um segue seu destino”.

Colaborou Gustavo Uribe

29 OUT 2019

## FOLHA DE S. PAULO

ALVARO COSTA E SILVA

### Queiroz e as uvas

RIO DE JANEIRO O Queiroz parece a Magda. No melhor estilo da personagem de Marisa Orth no humorístico “Sai de Baixo”, ele se vangloriou de seu capital político e influência na indicação de nomes para o Legislativo: “Salariozinho bom desse aí, cara, pra gente que é pai de família, cai como uma uva”.

Apesar da burrice, a mensagem é de fácil entendimento. Quem recebeu o áudio de WhatsApp (tinha de ser WhatsApp, o software da nossa nova era) sabe muito bem do que ele está falando e pouco se importa com a confusão entre uva e luva. Em outra gravação, na qual o ex-policial se mostra preocupado com as investigações do Ministério Público do Rio, a linguagem é semelhante à de Caco Antibes, o personagem pilantra interpretado por Miguel Falabella: “O MP tá com uma pica do tamanho de um cometa para enterrar na gente”.

Assessor de Flávio Bolsonaro na Alerj entre 2007 e 2018, Fabrício Queiroz é suspeito de praticar “rachadinha” — quando um servidor comis-

sionado devolve parte do salário. A pedido da defesa de Flávio, o presidente do STF, Dias Toffoli, suspendeu as investigações abertas a partir de relatórios do Coaf — com o que, numa penada só, travou outras 700 investigações e processos judiciais baseados em informações de órgãos de controle como a Receita e o Coaf (este até mudou de nome).

Queiroz continua em atividade — dando consultorias, comentando a atuação do presidente, quem sabe ainda “rachando”. Para ficarmos na mesma fruta citada no áudio, sua atuação nos bastidores do poder lembra o samba “Uva de Caminhão”, de Assis Valente, sucesso de Carmen Miranda: “Já me disseram/ Que você andou pintando o sete/ Andou chupando muito uva/ E até de caminhão”.

Questionado sobre o amigo, Bolsonaro soltou uma frase que aparentemente não diz nada, mas pode significar tudo: “Ele cuida da vida dele e eu cuido da minha”. Só faltou gritar: “Cala a boca, Magda!”.



29 OUT 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL

#### Deu parati

Ministros incomodados com o novo assédio ao STF publicado — e depois apagado — nas redes de Jair Bolsonaro acionaram o presidente da corte, Dias Toffoli. Uma ala do tribunal afirma que a atitude leniente com excessos da família que hoje ocupa o Planalto não é produtiva em “um sistema de responsabilidades, porque não educa”, e prega que é preciso cobrar o mandatário pelas mensagens enviadas em seu nome. Toffoli manteve posição que lhe é cara: botou panos quentes na polêmica.

**O QUE SE PLANTA...** A publicação do vídeo no qual Bolsonaro é retratado como um leão atacado por hienas, entre elas o Supremo, detonou as insatisfações. Integrantes do tribunal avisaram que não é a primeira vez que a corte é alvo da família presidencial.

**...NASCE** O episódio em que Eduardo Bolsonaro disse que bastava um cabo e um soldado para fechar o STF foi lembrado. Ministros ressaltaram que esse discurso alimentou a narrativa de militantes bolsonaristas contra a corte.

**SUJEITO OCULTO** Reservadamente, ministros atribuem a publicação a Carlos Bolsonaro. Dizem, porém, que a responsabilidade é do pai, não só sobre a conta, mas sobre o teor do que é postado nela.

29 OUT 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## TRE-SP prevê comprar notebooks de R\$ 11,6 mil para juízes

Joelmir Tavares  
e José Marques

SÃO PAULO Em meio a um período de dificuldade no Judiciário, o TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo) prevê comprar 50 notebooks ao custo unitário de R\$ 11,6 mil para serem usados pelos sete juízes que compõem a corte e pela elite do tribunal.

O valor estimado a ser gasto é de R\$ 580 mil. A medida, segundo o órgão, está em fase de planejamento e elaboração de estudos preliminares.

A ideia é que sejam comprados equipamentos do tipo ultrabook (mais finos e compactos), de alta performance, para "propiciar o acesso aos recursos da rede e à internet com maior mobilidade".

Além dos magistrados, terão acesso aos computadores os gabinetes das secretarias e assessorias, vinculados diretamente à cúpula do tribunal.

A ideia inicial do TRE-SP era adquirir computadores ainda melhores. Na primeira vez em que o interesse pela compra apareceu em um planejamento interno, em 2018, a previsão era comprar MacBooks.

À época, o plano previa gastar até R\$ 18,6 mil em cada computador da Apple.

Se isso fosse feito, a compra chegaria a R\$ 928,9 mil. No entanto, a equipe que planejou a contratação (composta por três funcionários) avaliou que "não foram encontrados subsídios suficientes para justificar a aquisição da marca específica" e reduziu o custo.

Procurado, o TRE-SP diz que esses notebooks permitem mobilidade e o uso em reuniões externas, viagens e treinamentos, e são duráveis.

"Com a implantação do Processo Judicial Eletrônico e do

Sistema Eletrônico de Informação, os processos judiciais e todos os processos administrativos da Justiça Eleitoral passaram a tramitar eletronicamente e deverão ser acessados por esses usuários, necessitando ter performance adequada", diz nota da corte.

Segundo o órgão, atualmente os juízes e servidores usam máquinas de até sete anos de uso, com garantia expirada.

No entanto, especialistas em informática questionam se é necessário comprar equipamentos a esse custo.

Aparelhos do tipo ultrabook com configurações avançadas, indicados para as mesmas funções, podem ser encontrados por até R\$ 5.000.

Para Juliana Sakai, diretora de operações da ONG Transparência Brasil (que atua no controle social do poder público e no combate à corrupção), a compra é questionável.

Ela afirma que "falta transparência sobre por que há necessidade de comprar um computador com essas especificações avançadas e preço consequentemente mais alto".

"Por isso mesmo a área técnica do tribunal não se convenceu de que seriam necessários MacBooks para desempenhar essas atividades e acertou ao barrar a compra", diz.

Ainda na opinião de Juliana, as especificações do edital são genéricas. "Oferecer acesso à internet e mobilidade é um objetivo que outros computadores portáteis mais baratos também podem garantir."

A compra dos 50 notebooks faz parte de um plano do TRE-SP para reestruturar a área tecnológica da corte, elaborado desde o ano passado.

A equipe de planejamento de contratação elaborou uma

planilha com possíveis serviços e equipamentos para serem adquiridos durante todo o ano, com 68 itens, que incluem de pen-drives e impressoras até a prorrogação de licença para softwares. Alguns dos itens foram cancelados.

Outra parte já está com processo de compra em curso. O TRE-SP lançou, por exemplo, proposta de compra de quatro MacBooks com adaptadores USB ao valor unitário de aproximadamente R\$ 22 mil.

Esses equipamentos, de última geração, servirão para desenvolver aplicativos e exibir apresentações, de acordo com o órgão.

O TRE-SP também abriu um processo de compra no valor de R\$ 2,6 milhões para aquisição de 450 notebooks que serão usados para implementar a biometria no estado. Cada computador custará aproximadamente R\$ 6.000, segundo os cálculos.

Em nota, o tribunal afirma que será destinada uma unidade desses notebooks "para cada cartório eleitoral, postos e pontos de atendimento, em substituição aos equipamentos que estão em uso atualmente e que já estão em seu fim de vida útil".

Também afirma que não há previsão de outras aquisições nos próximos meses.

Tribunais Regionais Eleitorais são os responsáveis por organizar as eleições nos estados e julgar ações relativas a ela. A corte é composta por dois desembargadores, dois juízes estaduais, um juiz federal e dois advogados. O TRE-SP é presidido pelo desembargador Carlos Cauduro Padin.

**CONTINUA**

29 OUT 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Em São Paulo, episódios recentes de gastos revelados pela Folha levantaram questionamentos dentro do tribunal. Em um deles, o órgão deu hora extra a funcionários para trabalharem em uma eleição privada da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados).

“

[Os computadores deverão] propiciar o acesso aos recursos da rede e à internet com maior mobilidade

edital de compra do TRE-SP

“

Oferecer acesso à internet e mobilidade é um objetivo que outros computadores portáteis mais baratos também podem garantir

Juliana Sakai  
diretora da ONG  
Transparência Brasil

29 OUT 2019

# BEMPARANÁ PR registra um caso de violência contra a mulher a cada 36 minutos

No domingo, flagra de agressão em Santa Felicidade viralizou nas redes sociais

Rodolfo Luis Kowalski

No último domingo, mais um caso de violência contra a mulher ganhou as manchetes. No bairro de Santa Felicidade, em Curitiba, um homem foi flagrado agredindo sua namorada com socos, esganaduras e pontapés. A cena toda foi filmada por uma terceira pessoa, que foi às redes sociais denunciar o ocorrido e se ofereceu à vítima como testemunha. “Se vocês conhecem este cara, denunciem!”, publicou a internauta.

Um dia depois do caso viralizar, a vítima, que tem 34 anos, se apresentou à polícia e registrou um Boletim de Ocorrência (BO) contra o homem, que tem 39 anos e era seu namorado há cerca de dois anos e meio. O crime registrado na delegacia foi de lesão corporal e um inquérito policial já foi instaurado. Ao ser interrogado, o suspeito reservou-se ao direito de permanecer em silêncio, ao passo que a vítima realizou a solicitação de medida protetiva de urgência — proibição de aproximação e de manter contato.

Apesar da repercussão alcançada por este caso específico, episódios de violência contra a mulher são mais comuns do que se poderia imaginar no Paraná. É o que revelam dados do Ministério da Saúde compilados pelo Bem Paraná, os quais apontam que, em média, uma notificação de agressão contra a mulher é registrada a cada 36 minutos no estado.

Entre os anos de 2013 e 2017 (último ano com dados disponíveis ao público no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan), um total de 72.966 casos suspeitos ou confirmados foram notificados por profissionais de saúde no Paraná.

No Brasil, inclusive, a notificação desses casos é compulsória, ou seja, obrigatória. Se a vítima for uma mulher adulta (e que não idosas nem deficientes), não há previsão legal para qualquer tipo de comunicação e acionamento de órgão de Segurança Pública. Isso significa, também, que se a pessoa não deseja registrar o boletim de ocorrência, sua vontade deverá ser respeitada, sem prejuízo ao atendimento integral à saúde e de todas as orientações necessárias sobre os seus direitos.

Voltando aos dados, o tipo de violência mais comum contra as mulheres é justamente a física. No Paraná, 40.083 (54,9% das notificações) dizem respeito a esse tipo de violência.

O dado que mais chama a atenção, no entanto, é que os casos de violência estão se tornando mais comuns. Em 2016, por exemplo, haviam sido registradas 15.591 notificações. Em 2017, já foram 20.273 – um crescimento de 30%.

## VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO PARANÁ

2017	20.273
2016	15.591
2015	14.087
2014	12.341
2013	10.674
TOTAL	72.966

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net



CONTINUA

29 OUT 2019

# BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

## Episódios assim devem ser divulgados, diz delegada da Delegacia especializada.

Além da violência em si, outra situação que chamou a atenção no caso registrado em Santa Felicidade foi o fato de a testemunha ter divulgado o vídeo da agressão em redes sociais. Segundo a delegada Márcia Rejane Vieira Marcondes, coordenadora da Delegacia Mulher, casos assim devem, sim, ser divulgados nas redes sociais e na imprensa, até para que os agressores entendam que esse tipo de atitude não é mais aprovada pela sociedade.

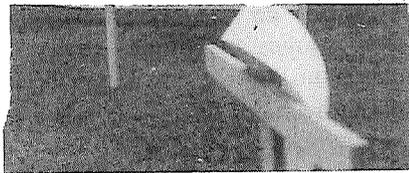
“A divulgação destes casos, principalmente em locais públicos é muito importante, mas sempre protegendo a vítima, porque são casos muito complicados. Nem sempre é fácil para a vítima se libertar do agressor”, disse a delegada, que ainda explicou que, independente do registro de boletim de ocorrência, a situação já estava sendo investigada.

“Qualquer lesão corporal, independente da iniciativa da vítima, pode se tornar uma ação penal. É claro que, com a colaboração da vítima, todo o processo de investigação fica mais fácil.”

29 OUT 2019

# BEMPARANÁ

## Protesto marca 'Dia do Servidor'



Cruzes para denunciar suicídios

O "Dia do Servidor Público", comemorado ontem, foi marcado por manifestações de funcionários públicos, em frente ao Palácio Iguazu, sede do governo do Estado, no Centro Cívico. Um "cemitério" de cruzes foi montado pelo Fórum das Entidades Sindicais do Paraná (FES/PR) para denunciar o alto índice de suicídios e o adoecimento da categoria, segundo a entidade.

De acordo com o FES, dados do Ministério da Saúde apontam que somente entre professores os suicídios aumentaram 15 vezes em 5 anos. Já os que relataram distúrbios mentais são mais de 75% numa pesquisa realizada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). "Nós não temos o direito de não perceber que o colega ao lado está adoecendo. São tempo difíceis onde a população está sendo colocada contra os servidores. Os nossos direitos estão sendo atacados, nossos salários reduzidos e o tempo de permanência na escola cada vez maior. Nesta lógica de se fazer mais com cada vez menos (dinheiro e mão de obra) o governo está sucateando a educação, a segurança, a saúde e todos os serviços de atendimento à população", afirmou a coordenadora do FES, professora Marlei Fernandes de Carvalho.

Os servidores também protestaram contra medidas do governo do Estado, como o recente fim da licença-prêmio do funcionalismo paranaense, aprovado há duas semanas pela Assembleia Legislativa, e sancionada pelo governador Ratinho Júnior (PSD). "Nós não somos privilegiados, somos trabalhadores que temos que nos unir sim, manifestar ou vamos perder ainda mais direitos que lutamos tanto para conseguir. Isso desmotiva, desvaloriza e adoecer", afirmou a representante do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindijus), Andreia Ferreira.

Os sindicatos alegam ainda que nos dez meses de governo, Ratinho Jr não se reuniu com os representantes do funcionalismo – que estão sem reajuste salarial desde 2016 e acumulam perdas de 17% em relação à inflação do período. "Nós temos um quadro de gestão governamental que é extremamente desrespeitoso com os servidores públicos em geral e particularmente da educação. Então o adoecimento mental também se aprofunda por conta deste período de conjuntura governamental, o que é muito danoso", disse o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão.

29 OUT 2019

# BEMPARANÁ

## **Abusos**

Denúncias anônimas envolvendo abusos na Polícia Militar do Paraná motivaram ao menos dois pedidos de informações à corporação no primeiro semestre de 2019. De autoria do deputado Requião Filho (MDB), os documentos questionam que medidas são adotadas, em casos de abusos sexuais e morais, para proteger as vítimas dentro da Polícia, e as punições aplicadas aos agressores. As respostas, segundo o parlamentar, foram evasivas.

**29 OUT 2019**

# **FOLHA DE LONDRINA**

## **INFORME**

### **Presidente do TRE em Londrina**

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, desembargador Gilberto Ferreira, estará em Londrina nesta terça-feira (29) para a conferência de abertura do I Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, promovido pela UniFil. Ele vai falar sobre “Eleições e o processo democrático de governar”, às 9h30, no Teatro Marista. O coordenador da mesa será o reitor Eleazar Ferreira. Durante todo o dia, no Teatro Marista, palestras vão tratar de temas como limites e possibilidades, leis e jurisprudências, redes sociais, marketing digital e uso de ferramentas, experiências vitoriosas e fake news. No congresso, pré-candidatos, dirigentes de partidos, advogados, contadores estudantes de Direito e demais interessados vão ter a oportunidade de conhecer melhor as regras pré-campanha e as mudanças na legislação.

29 OUT 2019

## FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO

### NOME PARA O FÓRUM

Já começaram os trabalhos para a construção do novo Fórum Criminal de Londrina. O que sabemos é que um grupo de advogados pretende que seja dado ao local o nome do saudoso juiz Augusto Massaretto. Para o Salão do Júri o nome da recentemente falecida juíza criminal Elizabeth Khater.

29 OUT 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## STF julga se condenado por júri popular poderá ter pena imediata

Luiz Vassallo

Agência Estado

São Paulo - O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se sentenças do Tribunal do Júri autorizam a imediata execução de pena imposta pelo Conselho de Sentença aos condenados. Em julgamento de plenário virtual, os ministros deram, por unanimidade, a repercussão geral de um caso do Júri de Santa Catarina. Ou seja, o que ficar decidido valerá como entendimento para todas as Cortes do País.

O relator do recurso é o ministro Luís Roberto Barroso, que já sinalizou, em outras decisões, posição favorável à execução de pena a partir da condenação do Júri Popular. No entanto, monocraticamente, os integrantes do STF têm decidido de formas diversas sobre o tema.

O decano da Corte, Celso de Mello, chegou a suspender a execução provisória da

pena de um homem condenado por homicídio em setembro por entender que sentença de Júri é recorrível, e de primeira instância.

No mesmo mês, o ministro Gilmar Mendes deu salvo-conduto a um homem que seria julgado no início de outubro pelo Júri em Minas Gerais, para que, caso condenado, não fosse preso imediatamente para cumprimento de pena. O caso envolve a morte, a pauladas e facadas, de um adolescente às margens do Rio Canabrava, na comarca de Coração de Jesus.

As informações foram divulgadas pelo Supremo Tribunal Federal.

O caso em julgamento é um recurso do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP-SC) contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que afastou a prisão de um condenado pelo Tribunal do Júri por feminicídio duplamente qualificado e posse irregular de arma de fogo.

29 OUT 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## Julgamento sobre 2ª instância fica para o dia 7 de novembro

Rafael Moraes Moura  
Agência Estado

**Brasília-** O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, decidiu marcar para 7 de novembro a retomada do julgamento sobre a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância. Com um placar provisório de 4 votos a favor da execução antecipada de pena, e outros 3 contra, o julgamento continua na quinta-feira da semana que vem.

A prisão após condenação em segunda instância é considerada um dos pilares da Operação Lava Jato no combate à impunidade. Ainda faltam votar quatro ministros - Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Toffoli, que, por ser presidente, será o último a se manifestar sobre o caso.

O voto de Toffoli deverá definir o resultado do julgamento. Já se posicionaram contra a execução antecipada da pena os ministros Rosa Weber, Ri-

cardo Lewandowski e o relator das ações, Marco Aurélio Mello. É esperado que integrem essa mesma corrente os ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello, totalizando cinco votos.

Por outro lado, os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux votaram favoráveis a possibilidade de prisão após condenação em segundo grau. O voto da ministra Cármen Lúcia deve ir no mesmo sentido. Dessa forma, Toffoli teria de desempatar o placar.

Na semana passada, Toffoli disse a jornalistas que ainda está "pensando" o voto que lerá no julgamento. "Eu estou ainda pensando o meu voto. Como o ministro Marco Aurélio sempre costuma dizer, estou aberto a ouvir todos os debates, e como as senhoras e os senhores sabem, muitas vezes o voto nosso na Presidência não é o mesmo voto, pelo menos eu penso assim, em razão da responsabilidade da cadeira presidencial", disse Toffoli

# FOLHA DE LONDRINA

**Suspeito de crime  
contra Rachel  
Genofre acessava  
conteúdo pedófilo**

Isabela Fleischmann

*Reportagem Local*

**29 OUT 2019**

O suspeito de ter estuprado e matado a menina Rachel Genofre em 2008 buscava conteúdo de pedofilia na internet, conforme laudo divulgado pela Polícia Científica. O suspeito, Carlos Eduardo dos Santos, 52, foi denunciado em pelo menos outros cinco processos por crimes de abuso sexual infantil contra meninas entre 4 e 14 anos na década de 80 e 90.

O laudo da perícia realizada no computador do suspeito mostrou que ele havia acessado conteúdo pedófilo e feito buscas por palavras-chave associadas à pornografia infantil. Além dos estupros, a Polícia Civil afirma que Santos praticou 17 crimes de estelionato e um de roubo. Ele já cumpria pena em Sorocaba, no interior paulista, quando foi identificado como autor da morte de Genofre por meio do confronto de DNA. Em setembro, segundo a polícia, ele confessou o crime contra a menina de Curitiba.

Depois do confronto genético, os policiais ouviram o suspeito duas vezes. Ele contou que viu a menina quando ela entrava em um ônibus, e que no dia posterior a abordou dizendo ser apresentador de um programa de TV. Disse ainda ter levado a criança à casa dele e que a sufocou. Quando Santos cometeu o ato, Rachel já estava inconsciente. Ele disse que depois colocou o corpo em uma mala e a abandonou na Rodoferroviária.

29 OUT 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## Infibra é condenada a indenizar ex-funcionários

Viviani Costa

Reportagem Local

A Abrea (Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto) obteve na Justiça a primeira decisão favorável aos ex-funcionários da antiga Infibra, em Londrina. Conforme sentença da juíza do Trabalho Ariana Camata, o grupo ligado à empresa terá que arcar com o pagamento de indenizações por danos morais e materiais, o pagamento de pensão mensal vitalícia para dependentes de ex-funcionários mortos em decorrência de doenças causadas pelo contato com o amianto e também custear assistência médica para a realização de consultas, exames e internações, além da compra de medicamentos, quando necessário.

A ação civil pública movida pela Abrea, juntamente com o Ministério Público do Trabalho, é contra oito empresas do grupo Infibra. Para um dos advogados da associação, Marcos Cesar Rampazzo Filho, a sentença atendeu às expectativas dos que há tempos buscam a reparação dos danos na Justiça.

“Essa decisão mostra que o poder judiciário dá uma importância muito grande à saúde e à vida desses trabalhadores. Dá uma resposta bem significativa a esse tipo de empresa que descumpra deliberadamente a lei trabalhista, viola a saúde e, muitas vezes, a vida desses trabalhadores. Mostra que o poder judiciário não está alheio a tudo isso”, comemora.

A Infibra fechou as portas em Londrina em 2003. Centenas de trabalhadores foram expostos ao

amianto durante quase 30 anos de funcionamento da empresa. O amianto, também chamado de asbesto, é uma fibra natural extraída de rochas. O resíduo cancerígeno se instala no organismo e permanece alojado. Os primeiros sintomas de doenças relacionadas ao amianto podem aparecer anos após o primeiro contato com a fibra.

O amianto é proibido no Brasil desde 2017. Antes disso, o País chegou a ser um dos maiores produtores do mundo. A fibra era utilizada na fabricação de produtos da construção civil como telhas e caixas d'água; da indústria automotiva em peças

como lonas, pastilhas de freio e discos de embreagem; entre outros itens. Segundo a Abrea, o uso do amianto é proibido em mais de 70 países.

Os representantes das empresas ainda podem recorrer da decisão. Porém, Rampazzo Filho destaca que a Justiça concedeu tutela antecipada para que os ex-funcionários recebam acompanhamento médico imediato.

“Existe uma parte da sentença que é a obrigação da empresa fornecer atendimento médico para os trabalhadores e isso passa a valer imediatamente. Em 90 dias, deve ser formado um comitê gestor com um membro da Abrea, outro do Ministério Público e outro das empresas. Esse comitê vai ser responsável por organizar o atendimento e o tratamento médico após eventual diagnóstico de doença dos ex-trabalhadores”, afirma.

Em agosto de 2017, a **FOLHA** produziu uma reportagem especial sobre o drama vivido pe-

las vítimas do amianto e o debate jurídico relacionado à proibição da fibra no Brasil. No Paraná, estima-se que 16 mil trabalhadores tenham sido expostos ao resíduo.

A fundadora da Abrea, Fernanda Giannasi, acredita que a sentença representa duas grandes vitórias para o grupo. Além da indenização para familiares de vítimas que morreram em decorrência de doenças causadas pelo amianto, a decisão também contempla indenização e acompanhamento médico para os que foram expostos à fibra, mas ainda não apresentam sintomas de doenças.

“A juíza teve uma visão social e se sensibilizou pela condição dos trabalhadores. Já tivemos outras decisões pelo País, mas essa sentença é a mais completa. Acho que abre um precedente valioso”, ressalta. Os valores das indenizações foram fixados em R\$ 10 mil por ano trabalhado (para ex-trabalhadores que não desenvolveram doenças ocupacionais) e R\$ 20 mil por ano trabalhado (para os que apresentaram diagnóstico de doenças ligadas à fibra).

Giannasi luta contra o amianto há mais de 30 anos. A engenheira atuou como auditora fiscal no Ministério Público do Trabalho e gerenciou o Programa Estadual de Banimento do Amianto, em São Paulo.

**CONTINUA**

29 OUT 2019

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

“Temos mais de 1 milhão de pessoas no Brasil que deveriam ter acompanhamento médico permanente. É uma epidemia silenciosa. Muitos casos nem foram diagnosticados e ficam aí perdidos nas estatísticas. É uma dificuldade muito grande. Há uma invisibilidade dessas doenças. Agora é que elas começam a ser divulgadas. Sentenças como essa são importantes porque você reúne esses empregados que quando adoecem nem se lembram que foi por conta do amianto em empresas que ele trabalhou há 30 ou 40 anos. Não havia interesse em divulgar esse risco”, comenta.

Mesmo com a proibição do produto no País, ainda há registros de importações clandestinas do material, segundo Gianasi. Além disso, recursos protocolados na Justiça pretendem reativar uma mineradora em Goiás que teve as atividades suspensas. A justificativa é a manutenção de empregos na região.

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### 29 OUT 2019

#### **Extravio de peças de carros oficiais**

A 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba ofereceu denúncia criminal contra dois servidores do Deto (Departamento de Gestão do Transporte Oficial) da Secretaria da Administração e da Previdência (Seap) e dois particulares pelos crimes de associação criminosa, peculato e fraude à licitação. Os denunciados são investigados por extraviarem peças de veículos pertencentes ao Estado. O material era utilizado em veículos que eles próprios, por meio de "laranjas" (mulher e filho de um deles), adquiriam em leilões públicos. Os fatos ocorreram entre os anos de 2001 a 2014. Os servidores trabalhavam no pátio do Deto/Seap como mecânicos, sendo um deles também avaliador dos veículos que eram destinados aos leilões públicos de sucatas e inservíveis.

#### **CLAUDIO HUMBERTO**

#### **Audidores driblam TCU e caem nas garras do STF**

Saiu pela culatra a liminar obtida pelo Sindifisco no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir a Refeita Federal de informar ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditores que investigaram ilegalmente dados fiscais de autoridades. É que, ao driblar o TCU, o sindicato de auditores caiu nas garras do STF: o ministro Alexandre de Moraes, que deu a liminar, conduz inquérito sobre crimes e ameaças a ministros do STF. Gilmar Mendes teve a vida fiscal devassada por auditores fiscais. Um deles foi preso no Rio acusado de achar alvos da Lava Jato.

#### **Duas bolas fora**

O Sindifisco jogou o peso institucional da Receita para proteger cerca de 20 auditores fiscais, e incluiu mais de mil deles no inquérito do STF.

#### **TCU pega mais leve**

No TCU, a maior medida seria punir os chefes por desvio de finalidade, com ordem para corrigir distorções. No STF, a consequência é criminal.

29 OUT 2019

# FOLHA DE LONDRINA

ALBERTO FERNÁNDEZ ELEITO PRESIDENTE DA ARGENTINA



Quer dançar um tango?

29 OUT 2019

O ESTADO DE S. PAULO

# Toffoli quer nova regra para evitar prescrição de pena

Em texto enviado ao Congresso, presidente do STF propõe congelar prazo quando condenado em 2ª instância recorre a Cortes superiores

Rafael Moraes Moura  
BRASÍLIA

Às vésperas do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que pode derrubar a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância, o presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, encaminhou ontem à Câmara dos Deputados e ao Senado uma proposta de alteração do Código Penal. O projeto de Toffoli tem o objetivo de suspender o prazo de prescrição de um crime depois que um réu for condenado em segunda instância.

Um investigado pode pedir a prescrição de um crime quando a Justiça ultrapassa o prazo legal para apresentar a sentença. Se a proposta de Toffoli for aceita, a contagem do tempo de prescrição seria congelada quando o acusado entrasse com recursos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou no próprio STF. Isso evitaria que advogados buscassem as Cortes superiores para atrasar o andamento de processos para tentar a extinção da ação.

A proposta do presidente do Supremo poderia reduzir uma das principais críticas à derruba-

da da possibilidade de prisão após condenação em segunda instância. Críticos do entendimento afirmam que a lentidão da Justiça para dar uma sentença definitiva leva à prescrição de casos que se arrastam indefinidamente devido aos sucessivos recursos apresentados pelas defesas dos réus, que adiam por anos e até décadas uma decisão final.

Segundo integrantes da Corte ouvidos pelo Estado, já há precedentes na Primeira Turma do STF para apoiar a tese de que a contagem da prescrição deve ser interrompida após a condenação em segunda instância. A Segunda Turma, no entanto, costuma se posicionar no sentido contrário, mantendo a contagem do prazo de prescrição.

“Encaminho sugestão de alteração legislativa no Código Penal, no sentido de impedir o

## • sessão

Dias Toffoli marcou para o próximo dia 7 a retomada do julgamento sobre prisão após condenação em segunda instância. O placar provisório é de 4 votos a favor da execução antecipada e 3 contra.

transcurso do prazo prescricional no caso de interposição de recurso especial ou extraordinário”, escreveu Toffoli, em ofício encaminhado aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

“Com a alteração legislativa sugerida, evitar-se-á eventual extinção da punibilidade por prescrição no âmbito dos tribunais superiores”, ressaltou o presidente do Supremo.

**Placar.** Autorizada pelo Supremo em 2016, a prisão após condenação em segunda instância é considerada um dos pilares da Operação Lava Jato. O assunto voltou a ser discutido pela Corte no último dia 7. Por ser o presidente do Supremo, Toffoli será o último a dar seu voto. Além dele, outros três ministros ainda vão se posicionar: Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Celso de Mello.

Dias Toffoli já defendeu em duas ocasiões recentes uma solução intermediária: fixar o STJ, que funciona como uma terceira instância, para o início da execução da pena. Colegas de Toffoli, no entanto, pretendem convencê-lo a manter a atual jurisprudência, que permite a prisão após condenação em segunda instância.

CONTINUA

29 OUT 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Segundo interlocutores do ministro, no entanto, Toffoli já sinalizou que vai aderir à corrente que defende a prisão após o esgotamento de todos os recursos ("o trânsito em julgado", na linguagem jurídica). Dessa forma, a proposta feita pelo ministro ontem, de suspender a prescrição após condenação em segunda instância evitaria a prescrição de casos, mesmo que o Supremo mude seu entendimento sobre a execução antecipada de pena quando o julgamento for retomado.

A mudança na legislação, no entanto, ainda depende de aprovação dos parlamentares para entrar em vigor.

O voto de Toffoli deverá definir o resultado da votação. Já se posicionaram contra a execução antecipada da pena os ministros Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e o relator das ações, Marco Aurélio Mello. É esperado que integrem essa mesma corrente os ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello, totalizando cinco votos.

Por outro lado, os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux votaram favoráveis à possibilidade de prisão após condenação em segundo grau. O voto da ministra Cármen Lúcia deve ir no mesmo sentido. Dessa forma, Toffoli, como presidente da Corte, teria de desempatar o placar.

29 OUT 2019

## JORNAL DO ÔNIBUS

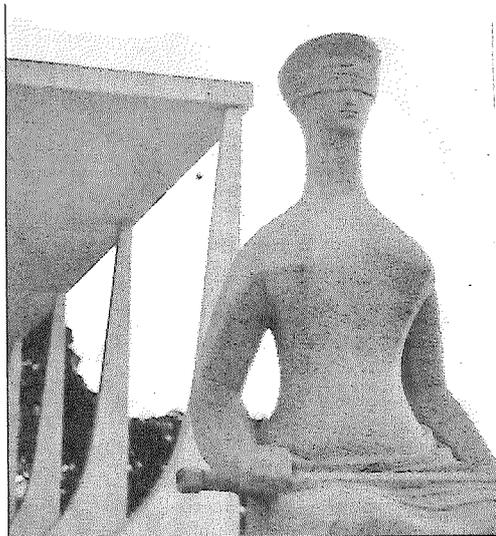
# Prisão em segunda instância volta ao Supremo no dia 7

Presidente Dias Toffoli confirmou ontem a retomada da discussão



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, confirmou que a Corte vai retomar o julgamento sobre a constitucionalidade da execução provisória de condenações criminais, conhecida como prisão após segunda instância, no dia 7 de novembro. O julgamento foi suspenso na semana passada, com placar de 4 votos a 3 a favor da medida. Faltam os votos dos ministros Gilmar Mendes, Celso de Mello, Toffoli e da ministra Cármen Lúcia. A análise da questão ocorre há quatro sessões.

No dia 17 de outubro, a Corte começou a julgar definitivamente três ações declaratórias de constitucionalidade (ADCs), relatadas pelo ministro Marco Aurélio e protocoladas pela Ordem dos Advogados,



Julgamento foi suspenso na semana passada, com placar de 4 votos a 3 a favor da medida

pelo PCdoB e pelo antigo PEN, atual Patriota. O entendimento atual do Supremo permite a prisão após condenação em segunda instância, mesmo que ainda seja possível recorrer a instâncias superiores.

No entanto, a OAB e os partidos sustentam que o entendimento é inconsti-

tucional e uma sentença criminal somente pode ser executada após o fim de todos os recursos possíveis, fato que ocorre no STF e não na segunda instância da Justiça, nos tribunais estaduais e federais. Dessa forma, uma pessoa condenada só vai cumprir a pena após decisão definitiva do STF. ■

29 OUT 2019

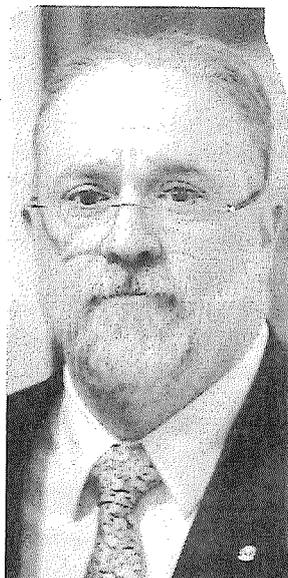
## JORNAL DO ÔNIBUS

### Procurador-geral diz que Lava Jato passa por dificuldades

O procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou, durante participação no Programa Poder em Foco do SBT, no domingo, que a Operação Lava Jato tem passado por dificuldades, em parte relacionadas à publicação de mensagens atribuídas aos integrantes da força-tarefa, e indicou que “pequenos desvios e excessos”, serão corrigidos junto à Procuradoria Geral da República.

Segundo o procurador-geral, as mensagens no entanto, não afetariam e invalidariam as condenações já proferidas no âmbito da operação. “Não tem um condão de invalidar a verdade dos fatos já apurados e por isso não teria a força para desconstituir os julgados até aqui proferidos”.

Entrevistado pelo jornalista Fernando Rodrigues, Aras ainda negou ter convidado o coordenador da força-tarefa em Curitiba, o procurador Del-



Aras admite mudanças na Operação Lava Jato

tan Dallagnol, para chefiar uma força-tarefa de combate ao narcotráfico. O PGR comentou ainda sobre eventuais punições ou inquéritos em face de Deltan - “não quer dizer que não possa continuar contribuindo no combate à macrocriminalidade”. ■

29 OUT 2019

# METRO

## Acusado de matar Rachel acessava sites de pedofilia

A Polícia Civil divulgou ontem o depoimento de Carlos Eduardo dos Santos, suspeito de matar a menina Rachel Genofre, de 9 anos, em 2008, e o resultado da perícia feita no computador dele.

Segundo o laudo, Santos fez pesquisas no Google utilizando termos comuns em sites de pedofilia. Ainda foi possível comprovar que ele acessou um vídeo com pornografia infantil. Também foram encontrados indícios de que ele teria acessado pelo menos nove vídeos com materiais de pedofilia. Os advogados da família de Rachel não comentaram ontem a informação. **METRO CURITIBA**

REPRODUÇÃO/FACEBOOK



Corpo de Rachel foi encontrado em uma mala

## Justiça manda reativar pedágio destruído no Rio

O motorista que trafega pela linha Amarela, via expressa do Rio de Janeiro (RJ), está livre da cobrança do pedágio de R\$ 7,50 nos dois sentidos, mas ninguém sabe dizer até quando. O impasse começou na sexta-feira quando a prefeitura rompeu o contrato com a concessionária da via, a Lamsa, após auditoria constatar que o acordo gerou prejuízo de R\$ 1,6 bilhão ao município. No domingo, a prefeitura derrubou as cancelas e destruiu parcialmente as cabines. A concessionária entrou na Justiça e obteve ontem autorização para reassumir a operação e voltar a cobrar pelo pedágio, mas está impedida por conta da destruição. A empresa disse que ainda calcula os prejuízos provocados pela ação da prefeitura, mas que precisará de, pelo menos, um mês para reativar a praça. O governo informou que vai recorrer. **METRO**

## Julgamento no STF será retomado no próximo dia 7

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, marcou para 7 de novembro a retomada do julgamento sobre a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância. O placar provisório é de quatro votos a favor da execução antecipada de pena e outros três contra. Ainda restam os votos de quatro ministros. **METRO**

# ABUSO SEXUAL

Tenente-coronel da PM de Cascavel é acusado por atentado violento ao pudor e assédio sexual.

Luiz Carlos da Cruz  
Gazeta do Povo

Um tenente-coronel da Polícia Militar do Paraná, que é médico da corporação em Cascavel, no oeste do estado, foi denunciado pelo Ministério Público por abuso sexual. O caso tramita na Vara da Auditoria da Justiça Militar e um conselho deve decidir em breve se o oficial continuará ou não nos quadros da PM-PR. O oficial Fernando Dias Lima, conhecido como Fernando Bacana, está afastado desde o ano passado, quando chegou a ficar preso durante 11 dias.

O militar responde, na ação, a 23 denúncias, a maioria por atentado violento ao pudor e sete por assédio sexual, crimes que teriam sido cometidos no 6º Batalhão da Polícia Militar em Cascavel, no 14º BPM de Foz do Iguaçu e na Academia Policial de Guatupê.

Segundo o programa Fantástico, da TV Globo, o médico está sendo acusado de usar os consultórios dos quartéis para abusar sexualmente de mulheres. Algumas vítimas precisaram de tratamentos psicológicos e afastamento médico. Os relatos apontam que o médico costumava deslizar as mãos e genitália pelos corpos das pacientes e cheirar os pescoços.

Fernando Bacana já foi vereador e secretário municipal de saúde de Cascavel na gestão do então prefeito Lísias de Araújo Tomé. O médico também já atuou no Siate (Serviço Integrado de

Atendimento ao Trauma em Emergência) e está na Polícia Militar desde 2009 os supostos abusos teriam começado a ocorrer dois anos depois.

## Fase decisória

Segundo a Corregedoria da Polícia Militar do Paraná (PM-PR), o Conselho de Justificação foi instruído e se encontra na fase decisória. É este conselho que decidirá se o oficial continuará ou não nos quadros da PM-PR.

A corregedoria diz que não houve demora nas investigações, pois, assim que recebeu a denúncia, imediatamente foi instaurado o procedimento investigatório por meio de um Inquérito Policial Militar (IPM) que identificou “indícios de atos contrários à lei e às normas disciplinares”. O inquérito foi encaminhado à Justiça Estadual para processo criminal.

Ainda de acordo com a corregedoria, não há dificuldades em se realizar apurações de denúncias contra qualquer militar estadual sobre delitos administrativos ou penais. “Entretanto, o assunto, pela complexidade que tem, induz erroneamente as vítimas em não procurarem a administração, situação que deve ser observada para não expor ainda mais as pessoas que já sofreram tanto. Ratifico que todos as denúncias, informações, pedidos de providências ou qualquer documento que relate indícios da prática de crime ou transgressão disciplinar cometidas por militares estaduais, os quais

chegam a conhecimento da Corregedoria-Geral da PM-PR são devida e formalmente apurados”, informou.

## Outro lado

A reportagem não conseguiu contato com o oficial médico, mas, em entrevista ao Fantástico, da TV Globo, Fernando Dias Lima negou as acusações e sugeriu que foram retaliações contra ele.

“Isso eu posso te afirmar, em plena convicção, perante a Deus, que não. E que todos esses fatos surgiram depois de denúncias que eu estava fazendo em relação à polícia. À Polícia Militar. A gente só pode falar aquilo que a gente pode provar. Foi após algumas cobranças que eu tava fazendo. Mera coincidência, talvez”, afirmou.

Na época em que o caso veio à tona, o médico disse que muitos oficiais tinham certa inveja dele por ter subido de patente rapidamente. Em menos de dez anos ele se tornou tenente-coronel.